

A VISÃO DO EMPRESARIADO SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO PELO ASSISTENTE SOCIAL EM SUAS EMPRESAS

The ENTREPRENEURS VISION ON THE WORK DEVELOPED THE SOCIAL WORKER IN YOUR BUSINESS

MAISA COUTINHO SANTIAGO*
CASSIANA ANUNCIATA CAGLIONE**

RESUMO

Atualmente as empresas privadas buscam novas formas de gestão que vão além dos resultados econômicos, uma dessas estratégias organizacionais está voltada para enfrentar os problemas existentes em nossa sociedade, com isso o assistente social é mobilizado atuando na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, contribuindo para legitimar os trabalhos sociais realizado nas empresas. Esse trabalho teve como objetivo evidenciar a visão do empresariado sobre a atuação do assistente social em suas empresas, levantar o perfil das organizações que contam em seu quadro de funcionários com o profissional de Serviço Social, identificar o papel do Assistente Social nas empresas Bauruenses e revelar os benefícios do trabalho do Serviço Social dentro das empresas. A pesquisa foi realizada no período de fevereiro a outubro de dois mil e treze, onde foram coletados os dados de cinco empresas bauruenses a respeito da ótica do empresariado sobre o trabalho realizado pela

*Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob orientação da Professora Especialista Cassiana Anunciata Caglione.

** Professora Especialista em Administração de Recursos Humanos - Faculdades Integradas de Botucatu (2005) e Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - Centro Universitário Internacional (2015). Docente nos cursos de graduação em Serviço Social, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Administração e cursos de Pós-Graduação Lato Sensu em Serviço Social do Centro Universitário de Bauru (ITE).

assistente social em suas empresas. Os resultados revelaram que a opinião do empresário em relação ao trabalho do assistente social dentro da empresa é muito boa e que esse profissional está vinculado área que recursos humanos e de responsabilidade social, trabalhando na viabilização de benefícios sociais e em ações com a comunidade. Concluiu-se que o empresariado vê o trabalho do assistente social como tendo extrema importância, sendo mediador de conflitos entre o empregador e o empregado e realizando ações voltadas para sociedade, buscando melhoria das relações de trabalho, do ambiente organizacional e na qualidade de vida da sociedade em geral.

Palavras-Chave: Assistente Social. Empresas. Serviço social.

ABSTRACT

Currently the private companies are looking for new forms of management that go beyond the economic results, one of these organizational strategies are turned to face the problems in our society, with this the social worker is called to acting in the development, implementation, monitoring and valuation of carried out actions, to legitimize the social work done at the companies. This study had as goal the vision of business community about the social worker in their companies, point the profile of companies that have the professional of social, identify social worker role in companies of Bauru and show the benefits of social work in the companies. The research was done between february and october of two thousand and thirteen where was collected from five companies of Bauru the perspective about the work done by the social workers. The results showed that the opinion of the employer about the work of the social worker in the company is very good and this professional in the area of human resources and corporate social responsibility, working with social benefits and activities with the community. It concluded that the business community sees the work of the social worker as very important as intermediary between employer and employees and doing actions for the society, looking to improve work relationships of business environment and life quality in general.

Keywords: Social Worker. Companies. Social work.

1 INTRODUÇÃO

Uma empresa socialmente responsável vai além do cumprimento das leis trabalhistas, procura ouvir os interesses das diferentes partes, buscando sempre que possível conciliar os seus objetivos institucionais com os de seus funcionários e a comunidade em geral (INCENTIVANDO, 2012).

As empresas na perspectiva de alcançarem os resultados esperados nos trabalhos sociais vem se afastando da tradicional filantropia, profissionalizando sua intervenção com base em formas modernas de gestão, planejamento estratégico, administração financeira, marketing e captação de recursos.

Buscando melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, a sociedade contemporânea, há algum tempo, vem sofrendo profundas mudanças, trazendo significativas repercussões nas relações de trabalho e de produção. Na era da globalização da economia, das inovações tecnológicas, tem sido necessária a flexibilização dos processos de trabalho, sendo propostas novas modalidades de produção, gestão e consumo da força de trabalho, com isso as empresas têm tido a preocupação em atingir um papel mais amplo, que vá além da razão de ser apenas geradora de lucros o que traz resultados positivos para a empresa e para a comunidade em geral (SERINOLI, ET. AL., 2004).

Na era da informação em que vivemos atualmente, as organizações querem agilidade, mobilidade, inovação e mudanças são necessárias, para enfrentar as novas ameaças e oportunidades em um ambiente de intensa mudança e turbulência (CHIAVENATO, 1999, p.30).

Nos dias atuais a preocupação das empresas é sobre o que a mesma pode ou deve fazer para enfrentar e resolver os problemas da sociedade (DRUCKER, 2002, p. 355-367).

Porém, no atual sistema capitalista, cuja competitividade predomina e cresce a cada instante, nasce também o interesse das empresas em atenuar as exigências de maior produtividade, as quais acarretam desgastes físicos, psíquicos e morais de seus empregados, enxergando esta questão às mesmas proporcionam aos empregados o desenvolvimento social,

através de programas e projetos direcionados à qualidade de vida e à integração do indivíduo na sociedade.

Considerando os fatos expostos, vários profissionais são mobilizados para a implementação e gerenciamento desses projetos, dentre eles o assistente social, cuja atuação se estabelece na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, contribuindo assim, para legitimar os trabalhos sociais das empresas.

Tendo em vista esses fatos, o presente trabalho tem como objetivo evidenciar a visão do empresariado sobre o trabalho desenvolvido pelo assistente social em suas empresas, levantar o perfil das empresas que contam em seu quadro de funcionários com o profissional de Serviço Social, identificar o papel do assistente social nas empresas bauruenses e revelar os benefícios do trabalho do Serviço Social dentro das empresas na realidade atual.

Desta forma, este estudo se justifica porque aborda o trabalho dos assistentes sociais nas organizações e a visão do empresário e dos gestores sobre a importância do trabalho destes profissionais, devido à crescente intervenção do empresariado em programas de responsabilidade social com o público interno e externo.

Este trabalho se apresenta a princípio com a fundamentação teórica que aborda os temas: a realidade da empresa na contemporaneidade, o serviço social perpassando pelo serviço social empresarial, seu histórico, a atuação do assistente social e seu embasamento nessa área de conhecimento. Em seguida há o tópico metodologia de estudo, onde está às considerações metodológicas, ou seja, problema, hipótese, objetivos, tipologia da pesquisa, técnicas de coleta de dados, universo e amostragem, em seguida análise dos dados e por fim, sua conclusão.

2 A EMPRESA, O PROCESSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL EMPRESARIAL E SUA ATUAÇÃO NA ATUALIDADE

Há uma preocupação cada vez maior no meio empresarial em realizar ações socialmente responsáveis, trazendo para o campo empresarial o assistente social, que atua com projetos envolvendo a qualidade de vida de seus colaboradores e também em ações com a sociedade em geral, sendo uma ligação entre os chefes e seus funcionários, a empresa e a sociedade, possibilitando desta forma um clima organizacional mais harmonioso.

2.1 A realidade da empresa na contemporaneidade

Atualmente, as mudanças no mundo do trabalho têm sido cada vez mais frequentes; são lançadas e implementadas novas formas de gestão, assim como são elaboradas novas estruturas para as empresas. Especificamente para mudanças referentes ao espaço e tempo, que ocorrem em decorrência dessas transformações e que afetam os sujeitos envolvidos no processo do trabalho (FREZZA; GRISCI; KESSLER, 2009, p.05).

A globalização dentro do contexto empresarial trouxe inquestionavelmente avanços e permitiram a criação de uma ideologia dominante consolidada nas crenças do progresso prometido. Esta acabou causando uma espécie de cegueira sobre as suas consequências, minimizando a importância de resposta aos problemas dela emergentes como a disparidade na riqueza e no bem estar, no desemprego estrutural, na insegurança humana, na degradação da natureza e no enfraquecimento dos Estados (SANTOS, 2005).

O processo de transformação do mundo do trabalho nas últimas décadas se apresenta bastante contraditório: alguns casos conduzem a uma valorização do trabalho e investimento na formação e qualidade de vida dos trabalhadores; em outros, porém, desvaloriza o trabalho e deteriora o emprego e as condições de trabalho. Estes movimentos apresentam-se desiguais, já que variam em função do setor econômico, do tipo e dimensão da empresa, da organização interna da empresa e, em particular, das práticas de gestão de recursos humanos, ou seja, das categorias profissionais e sociais que fazem parte da configuração das sociedades contemporâneas (MARQUES. 2013, p.03)

A preocupação com o social passou a ser uma questão de sobrevivência e uma forma de marketing. A Responsabilidade Social pode ser definida como o dever da empresa de ajudar a sociedade a atingir seus objetivos. É uma maneira da empresa mostrar que não existe apenas para explorar recursos econômicos e humanos, mas também para contribuir com o desenvolvimento social. É, em síntese, uma espécie de prestação de contas (LIMA, 2008, p. 107).

A responsabilidade social não se expressa como uma ação emergencial e pontual das empresas de ajuda social, mas sim, como uma perspectiva, a longo prazo, de tomada de consciência das empresas no sentido de incorporarem em sua missão, em sua cultura e na mentalidade de seus dirigentes e colaboradores a busca do bem-estar da população, por perceberem que o próprio desenvolvimento da organização depende da sociedade à qual pertencem (FÉLIX, 2003).

Ações voltadas para a responsabilidade social quando são iniciativas de lideranças sociais envolvendo responsabilidades econômicas, legais, éticas e espontâneas são consideradas estratégias pró ativas, sendo a empresa que coloca isso em prática ligada ao bem-estar social e não somente aos seus lucros (CHIAVENATO, 2003, p. 120 – 127).

[...] o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, dos empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (TOLDO, 2002, p.82).

Atualmente o que caracteriza uma empresa como socialmente responsável ou empresa cidadã é a sua preocupação com o desenvolvimento social sustentável, manifestada por meio de programas consistentes, que tenham continuidade, que apresentem resultados tangíveis, gerando e disseminando conhecimento e promovendo o crescimento tanto da organização quanto de seus *stakeholders* (todos os públicos que exercem influência ou são influenciados pela empresa) (BUENO, et. al., 2002).

As empresas adotando a responsabilidade social não deixam de incluir o lucro como objetivo, porém, ao invés de priorizar a maximização de lucros de curto prazo as organizações

devem buscar lucros de longo prazo, obedecer às leis e regulamentações, considerar o impacto não mercadológico de suas decisões e procurar maneiras de melhorar a sociedade por uma atuação orientada para a responsabilidade social empresarial (INCENTIVANDO, 2013).

“Os negócios estão sendo chamados para assumir responsabilidades amplas para a sociedade como nunca antes e para servir a ampla variação de valores humanos (qualidade de vida além de quantidade de produtos e serviços). Os negócios existem para servir a sociedade; seu futuro dependerá da qualidade da gestão em responder as mudanças de expectativas do público” (CARROLL,1999, p.282).

Por meio de ações de responsabilidade social corporativa, as organizações privadas vão muito além de apenas cumprirem as expectativas da sociedade, envolvendo-se diretamente em ações de regulação e na produção de bens públicos. Isso significaria adotar um novo conceito politizado de responsabilidade social, capaz de agregar esses novos papéis assumidos pelas empresas, ultrapassando a visão meramente econômica, para a qual as ações são voltadas à criação de valor para as empresas a longo prazo. Esse novo conceito politizado é capaz de adequar-se a um novo contexto global e é marcado por novas relações entre o estado e a sociedade (HABERMAS, 2001).

Atuando de forma complementar ao Estado, as organizações que adoram uma política de responsabilidade social e realizam eficazes programas de saúde, educação, cultura, esportes, reintegração social e iniciação profissional. Essas organizações estão mais próximas das ruas e dos problemas da comunidade, focando de maneira mais precisa as questões a serem trabalhadas. Além disso, existe a determinação empresarial em relação ao compromisso com os seus resultados (ALTENFELDER, 2004).

Há uma “concordância geral”, no meio empresarial, de que o exercício da cidadania alavanca um processo histórico de mudanças rumo a uma sociedade com igualdade e justiça social, pois cada cidadão que abandona a postura passiva de “ficar esperando por uma ação do Estado” toma para si, por meio da solidariedade e da ajuda mútua, a responsabilidade de zelar

pelo bem comum, semeando um futuro melhor para a coletividade, num presente sem conflitos e lutas de classe (CÉSAR, 2005, p. 217).

Ao enfatizar a necessidade de maior participação da sociedade no enfrentamento da pobreza, se deu passagem à expansão da idéia de parceria como estratégia para a produção de um novo padrão de relacionamento entre o mercado, o Estado e as organizações da sociedade civil. Foi nesse movimento que as empresas avançaram em relação à noção de responsabilidade social, materializada na montagem de fundações e associações (GÓIS et al., 2004, p. 86).

A transformação social caracteriza a missão dessas organizações, que afirmam buscar por meio de uma ação global modificar realidades locais. As fundações falam em oferecer oportunidades, mas, embora não digam explicitamente, são oportunidades que o Estado não oferece (BORGES; MIRANDA; VALADÃO JUNIOR, 2007, p. 06 - 12).

Valendo-se desse chamamento governamental, desde então a responsabilidade social empresarial vem ganhando visibilidade como um agente alternativo capaz de absorver e atender demandas na área social (assistência social, infância e juventude, meio ambiente, direitos humanos, cultura etc.). Sua atuação se expande desde o financiamento de ONGs, parcerias com associações de moradores até a criação e a manutenção de fundações sociais (MENEZES, 2010, p.03).

A parceria entre Estado e sociedade civil não é novidade no Brasil e já vem sendo realizada desde a década de 1930 e intensificada ao longo dos anos, oscilando entre ampliações e retrações (MESTRINER, 2005).

Acredita-se que a preocupação demonstrada nas últimas décadas pelas empresas com suas obrigações sociais deve-se ao crescimento dos movimentos ecológicos e de defesa do consumidor, pois estes focam o relacionamento empresa-sociedade (MONTANA; CHARNOV, 2000, p.32 – 51).

A organização moderna existe para prestar serviços á sociedade, para isso precisa se inserir na sociedade, pertencendo a uma comunidade e realizando seu trabalho dentro de um ambiente social. Seus impactos sociais vão além da contribuição específica que ela existe para prestar (DRUKER, 2002, p. 369 – 385)

Observa-se que a idéia da Responsabilidade Social Corporativa adquiriu consistência no meio empresarial, sendo traduzida como o conjunto de atividades que a empresa realiza para atender, internamente, as necessidades dos seus empregados e dependentes e, externamente, as demandas das comunidades, em termos de assistência social, alimentação, saúde, educação, desenvolvimento comunitário e preservação do meio ambiente (CEZAR, 2007, p. 121).

Um fator que vem ganhando destaque atualmente são os caminhos que as empresas buscam para atingir seus objetivos. O mercado agora busca não só o foco no ramo empresarial, mas também em torno de assuntos que digam respeito ao mundo de uma maneira geral, como os problemas ambientais ligados a responsabilidade social e ao desenvolvimento sustentável ou na forma como é realizado o marketing em patrocínios em eventos, esportivos ou causas sociais de nível mundial. Essa visão estratégica voltada para sociedade ganha maior destaque e são tendências cada vez mais utilizadas, pois além de estarem associadas a ações positivas acabam influenciando o consumidor na hora da escolha de qual produto ou serviço adquirir.

Assim, pode-se dizer que responsabilidade social, é um conjunto de ações que beneficiam a sociedade, levando em consideração questões como a economia, educação, meio ambiente, saúde, transporte, moradia. Essas ações trazem benefícios para ambos os lados (empresa e a comunidade) melhorando a qualidade de vida dos funcionários, a atuação da empresa e vida da própria população.

Desta forma, as empresas atuam não só como geradoras de lucros, mas também cumprindo seu papel perante a sociedade, estimulando ações que contribuam com a defesa da justiça social e combate as desigualdades.

A atuação das empresas em busca de mudanças e melhorias na sociedade, como igualdade, justiça social e oportunidade para todos, se torna fundamental no momento que o Estado por si só não consegue fornecer serviços para o pleno atendimento dessa demanda, visto a grande abrangência e público que requerem esse tipo de ação.

Com isso, o crescimento da empresa pode ocorrer simultaneamente com o cuidado ao meio ambiente, sociedade e seus trabalhadores, observando aspectos coletivos e individuais

que devem estar presentes na qualidade de vida no trabalho, na defesa pela meio ambiente e das desigualdades sociais.

O mundo empresarial está se tornando cada vez mais competitivo, as empresas tem se preocupado mais com os fatos sociais e em organizar ações para essa questão, deixando de ser simplesmente produtoras e prestadoras de serviços, visto que com a melhora do ambiente empresarial e do entorno onde a empresa está instalada, conseqüentemente irão obter avanços e melhorias no processo de produção e lucro, trabalhando com questões como qualidade de vida no trabalho, sustentabilidade e projetos sociais na comunidade, além de adquirir um novo público de consumidores, mais exigentes que prezam por estas ações.

2.2 O Serviço Social

Historicamente o Serviço Social já foi considerado vocação, habilidade, ocupação, ofício ou até mesmo arte. Atualmente é reconhecido como profissão, uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, de nível superior, regulamentada no Brasil pela Lei n°. 8.662/9, de 7 de junho de 1993 (BRASIL, 1993).

O Serviço Social é uma profissão cuja identidade é marcada pela história e seu fundamento é a própria realidade social, sua matéria prima de trabalho são as múltiplas expressões da questão social. Como profissão de natureza interventiva, atua nas dinâmicas que constituem a vida social, participa do processo global de trabalho com uma dimensão social, histórica e política (MARTINELLI, 2011, p. 497-508).

Em seus espaços sócio-ocupacionais, o assistente social atua em entidades públicas, tais como: Prefeituras, Judiciário, Ministério Público, Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Escolas, Albergues, Abrigos, Sistema Carcerário (presídios e penitenciárias), Hospitais, e também em entidades privadas como empresas de serviços, de comércio, de indústria. O assistente social poderá atuar no terceiro setor, em entidades socioassistenciais, associações de moradores, organizações não governamentais (ONGs). Além disso, poderá

atuar nas áreas de ensino e pesquisa, de maneira autônoma, com assessoria e consultoria em projetos de gestão e planejamento social (FRAGA, 2010, p. 47).

Para execução do trabalho social são fundamentais, os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social com o objetivo de superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego. Também trabalha com as relações sociais, junto às pessoas, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, o assistente social desenvolve ações que fortaleçam a autonomia, participação e exercício de cidadania, visando mudanças nas suas condições de vida (SOBRE, 2011).

Aplicando teorias de comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social foca sua intervenção no relacionamento das pessoas com o meio que as rodeiam. Trabalhando na promoção de mudanças sociais e resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenhamento das pessoas na melhoria do seu "bem-estar" (DEFINITION, 2013).

O exercício profissional do Serviço Social deve ser constituído em elemento de discussão para os próprios profissionais, já que as práticas cotidianas estão relacionadas à leitura que o profissional faz da realidade onde está inserido e, ao mesmo tempo, essa prática tem que ir além, superando a intervenção simplesmente pontual e construindo-se a práxis e a ação transformadora (FREITAS, 2011, p. 31).

Considerada pela categoria profissional como a base de sua fundação, a questão social, precisa ser apreendida na contradição fundamental da sociedade capitalista. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção de desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados neste ambiente e movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou fugir deles porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2004, p. 28).

O profissional de serviço social intervém nas relações sociais que fazem parte do cotidiano da população com a qual trabalha e sua intervenção se dá tanto pela oferta de bens, recursos e serviços, como pelo exercício de uma ação política e socioeducativa. Esta ação socioeducativa do assistente social, tanto pode assumir características disciplinadoras,

voltadas ao enquadramento “suave” da população, como pode voltar-se para uma perspectiva emancipatória (YASBEK, 2013).

A função socioeducativa do assistente social se materializa principalmente por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática, gerando desta forma resultados a longo prazo (ABREU, 2002, p. 17).

Na formação acadêmica o profissional recebe uma educação generalista, permitindo assimilar as questões sociais e psicossociais, com uma base teóricometodológica direcionada a compreender os processos relacionados à economia e política da realidade brasileira, contexto onde se encontra as políticas sociais que atendem as demandas da sociedade. Para um competente exercício profissional é necessário um continuado investimento na qualificação, podendo dispor de cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, capacitando-se em suas diversas áreas específicas como: saúde, educação, assistência social, jurídica e empresarial (SOBRE, 2012).

Considerando esses aspectos podemos dizer que os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas atuando em questões como, trabalho, família, área habitacional, saúde, assistência social pública, entre outras.

2.3 O Serviço Social Empresarial

A situação de desigualdade social, como um quadro de degradação geral das condições de vida, é alarmante: na década de 90, aproximadamente 40 milhões de brasileiros (de uma população estimada em 147 milhões) estavam na linha da pobreza ou abaixo dela; 32 milhões em situação de indigência (ausência de condições financeiras para suprir a necessidade de alimentação). Internamente, regiões mais pobres, como o Nordeste brasileiro, contavam com mais de 40% da população em situação de indigência (YAMAMOTO, 2003, p. 40-45).

A exclusão social tem aumentado. Ela significa a concretização da constante ameaça de marginalização de grupos, os desajustes causados pela exclusão de parte crescente da

população mundial e dos benefícios da economia global e da progressiva concentração de renda constituem os grandes problemas da sociedade, sejam elas pobres ou ricas (DEMO, 1996).

Exclusão social é um processo complexo, multifacetado, que ultrapassa o econômico do ponto de vista da renda e supõe a discriminação, o preconceito, a intolerância e apartação social (SPOSATI, 2003, p. 103).

A responsabilidade social empresarial impõe novos desafios trazendo a emergência de medidas de enfrentamento para os problemas sociais, pois já não é mais possível conviver com o paradoxo de inovações tecnológicas, de um lado, e a degradação da vida humana, de outro. A responsabilidade social das empresas no Brasil ainda é um desafio, uma vez que as ações filantrópicas não contribuem efetivamente para a melhoria das condições de vida da sociedade e para a transformação da realidade social. O exercício da gestão social empresarial tem o foco de atuação voltado para os funcionários e seus familiares, e refere-se a questões regulares da empresa, como saúde, segurança, qualidade no ambiente de trabalho e benefícios (REIS, 2007, p. 279305).

O desenvolvimento social é responsabilidade dos governos federal, estadual, municipal e da sociedade em geral (onde as organizações privadas estão inseridas). O Serviço Social desta forma a atuar nesse quadro com estratégias para prover as condições de vida necessárias para os mínimos sociais e a dignidade humana (FALEIROS, 1999).

Dento deste cenário as empresas privadas vêm atuando com o objetivo de intervir nas questões sociais e ambientais existentes, e cada vez mais evidentes na sociedade, contratando o assistente social para desenvolver ações com essa demanda.

2.3.1 O Histórico do Serviço Social na Empresa

No Brasil, a partir da década de 1960, se iniciava um movimento entre as empresas e a sociedade visto à inquietação do empresariado diante dos problemas sociais e ambientais, percebendo-se, aos poucos, algumas transformações nos padrões de comportamento ligados à

cultura e à gestão empresarial. Em 1961, quando os problemas sociais do Brasil começaram a florescer, as ações empresariais ligadas à responsabilidade social não pararam mais e, em 1982 foi instituído o Prêmio ECO-Empresa e Comunidade, que teve por finalidade reconhecer e divulgar esforços realizados por empresas que desenvolvessem projetos sociais. Em 1986, a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES), reunindo empresários, iniciou debates, eventos e atividades, sobre a responsabilidade social das empresas (REIS, 2007, p. 279-305).

Neste contexto, a inserção do Serviço Social nas empresas se implantou a partir do desenvolvimento industrial, principalmente, nos anos do ‘milagre’ (década de 70 no Brasil, onde houve grande crescimento industrial e abertura de mercado) o que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção (NETTO, 2001). As ações desenvolvidas pelo empresariado brasileiro, até meados dos anos de 1980 eram filantrópicas, com atitudes individuais e voluntárias restritas aos empresários filantrópicos e religiosos, estimulados pela caridade cristã baseados no assistencialismo, sem levar em consideração a necessidade de planejamento e gerenciamento dessas ações (MELO NETO E FROES, 2001, p. 28).

Dentro do contexto histórico da inserção do Serviço Social no âmbito organizacional, não podemos deixar de falar da Constituição Federal Brasileira de 1988 a qual foi um marco e que em seu artigo 5º fala sobre os direitos e garantias individuais e coletivas e, propriamente, no artigo 170, que ressalva a responsabilidade das empresas com a sociedade:

Artigo 170: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observadas os seguintes princípios:

- I – soberania nacional;
- II – propriedade privada;
- III – função social da propriedade;
- IV – livre concorrência;
- V – defesa do consumidor;

VI – *defesa do meio ambiente;*

VII – *redução das desigualdades regionais e sociais;*

VIII – *busca pelo pleno emprego;*

IX – *tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte que tenham sua sede e administração no país (BRASIL, 1988).*

Em 1989, depois da importante titulação da Constituição Federal de 1988, grupos de empresários e agentes da sociedade vinham em processo de discussão e de troca de experiências sobre ações que pudessem contribuir para diminuir as desigualdades sociais do País (REIS, 2007, p. 205-279).

A preocupação com a discussão e a implementação do conceito de Responsabilidade Social pelas empresas brasileiras, seguindo as recomendações internacionais, datam da década de 1990 quando se observam, por parte do empresariado brasileiro, uma mudança na visão e na forma de sua intervenção social na realidade, discutindo e redefinindo o seu papel no processo de desenvolvimento e apostando na visão da empresa como agente de mudança e transformação social (MATHIS; MATHIS, 2012, p.132-135).

As organizações que compõem o terceiro setor se aprimoram para buscar o financiamento das empresas, firmando parcerias e até se adequando aos seus interesses para atraí-las. Com a ampliação das ações sociais empresariais, dessa vez de forma sistemática, não mais pontuais e restritas a doações de alimentos para creches ou asilos no Natal ou ao atendimento de seus funcionários (empréstimos internos, planos de saúde.), desta forma abre-se um campo potencial para a atuação do assistente social, na chamada “responsabilidade social das empresas”. Essa demanda pode ser considerada nova (ou renovada), pois se diferencia das tradicionais demandas para a profissão no âmbito da empresa que anteriormente eram basicamente voltadas para o público interno, ou seja, os funcionários e suas famílias (MENEZES, 2010, p. 505-506).

Ao longo da história as empresas vêm procurando identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com seus trabalhadores e a comunidade na construção de um bem-estar comum, prosperando e ao mesmo tempo, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável (LIMA, 2008, p. 159-181).

A empresa ao conciliar o “lucro com ética”, obtém ganhos tangíveis, sob os fatores que agregam valor, reduzem custos e traz o aumento da competitividade, tais como melhoria da imagem institucional, criação de um ambiente interno e externo favorável, estímulos financeiros para a melhoria e inovações nos processos de produção, incremento da demanda por produtos, serviços e marcas, ganhos de participação de mercados e diminuição de instabilidade institucional e políticas locais, dentre outros (KAMEYAMA, 2004, p. 159).

Pode-se dizer que a atuação filantrópica dependia da vontade e da iniciativa particular e individual das pessoas, baseadas na caridade e no dever moral. Essas ações filantrópicas buscavam contribuir para a sobrevivência das classes desfavorecidas, sem nenhuma preocupação efetiva com o desenvolvimento e a emancipação coletiva.

A desresponsabilização do Estado e o chamamento à participação da sociedade civil na resolução dos problemas sociais estavam presentes na proposta de “Reforma do Estado” brasileiro, do Governo Fernando Henrique Cardoso, nos anos noventa (90), que preconizava a redução da interferência estatal na economia e na orientação das políticas públicas sociais e transferia responsabilidade da prestação de serviços sociais para os “setores públicos não estatais” ou “setores privados com fins lucrativos” conhecidos como terceiro setor (conjunto de entidades públicas não estatais, mas regido pelo direito civil público).

Neste contexto podemos dizer que as ações empresariais voltadas para a responsabilidade social empresarial começaram a ser executadas de forma ampla e diversificada, porém sempre contando com a adoção de medidas a favor dos que sofrem, defendê-los, patrocinando suas causas e prestando-lhes auxílios e atenção.

Um exemplo de iniciativa em destaque é a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, fundada em 1990 que apóia projetos como o Programa Empresa Amiga da Criança e o Selo Empresa Amiga da Criança, iniciativas que buscam em especial, a prevenção e a erradicação do trabalho infantil. Em 1998, oito anos depois foi criado o Instituto Ethos, que é uma associação de empresas interessadas em desenvolver suas atividades de forma socialmente responsável por meio de atividades de informação, conferências, debates e encontros, assistência técnica, comunicação, articulação e mobilização.

O setor privado está reconhecendo seu papel na sociedade e com isso busca profissionais especializados no âmbito social para que possam implantar e gerenciar projetos,

procurando inserir as organizações em práticas socialmente responsáveis tanto com seu público interno (com seus funcionários), com também com o público externo (sociedade em geral). Trazendo para seu quadro de colaboradores o assistente social, abrindo um novo campo de atuação profissional, até então pouco conhecido e explorado.

2.3.2 A Atuação do Assistente Social na Empresa

A requisição do assistente social pela empresa, antes de qualquer coisa, confirma que a expansão do capital implica o surgimento de novas necessidades sociais, passando a empresa a solicitá-lo para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao trabalhador e à sua família, ou seja, um trabalho interno juntamente com os funcionários da empresa. Trabalhando na questão da qualidade de vida e de trabalho dos funcionários, garantindo direitos trabalhistas e um bom ambiente organizacional (MOTA, 2008).

Na implantação de programas de qualidade de vida no trabalho dentro das organização, o assistente social tem como função o monitoramento do processo e a instrumentalização de ações gerenciais, em busca de melhorias contínuas na qualidade de vida no trabalho (ANDRADE, 1999).

Tendo em vista que a melhor qualidade de vida do trabalho representa muito, em um grau no qual os membros da organização são capazes de satisfazer suas necessidades pessoais através de sua atividade e atribuições na organização (ATAURI, 2001, p. 199-211).

O assistente social se caracteriza como um profissional que possui atributos para intervir na vida cotidiana dos trabalhadores, tanto no âmbito organizacional quanto na esfera do seu ambiente doméstico ou de sua vida particular. Desta forma, ao mesmo tempo em que interfere na reprodução da força de trabalho administrando benefícios sociais e “salários indiretos”, exerce o papel de mediador, implementando programas que poderão abranger a família e a comunidade (IAMAMOTO, 1995).

Atualmente, ocorre a ampliação das demandas e da atuação dos assistentes sociais dentro do controle de qualidade em equipes multiprofissionais e nos programas de qualidade

total. Visando à qualidade do produto, é imprescindível a adesão dos trabalhadores às metas empresariais da produtividade e competitividade, sendo relevante, um discurso paralelo de valorização do trabalhador, chamamentos à participação, parceria e cooperação de todos os envolvidos nesse processo (IAMAMOTO, 2004).

O Assistente Social é selecionado para administrar benefícios, atuar em programas, com a finalidade de atender o trabalhador, para que possa produzir mais e melhor, com mais eficiência e produtividade, O Serviço Social participa tanto do processo de produção e reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência do trabalhador. (SEIXAS, 2007, p. 58).

Além do trabalho desenvolvido com o público interno (funcionários) também é desenvolvido pelas empresas o trabalho social no setor externo, ou seja, as ações com a sociedade, comunidade e seus consumidores, abordando questões como preservação do meio ambiente, impactos socioeconômico, político e cultural na sociedade, segurança e qualidade dos produtos (REIS, 2007, p. 279305).

As empresas privadas têm um papel importante no desenvolvimento socioeconômico, sejam estas grandes multinacionais ou pequenas empresas locais. Este desenvolvimento depende de inúmeros fatores, como investimentos dos setores privado e público em educação, saúde, segurança, infraestrutura e inovação tecnológica (BOURGUIGNON; BOTELHO, 2009, p. 05-09).

O setor privado tem suas próprias respostas para enfrentar esse crescente “desequilíbrio social”. Essas respostas se ancoram na crítica à inoperância do Estado e das instituições políticas em cumprir sua responsabilidade social; por esses aspectos o trabalho social empresarial vem ganhando terreno e se legitimando (BEGHIN, 2005).

O cenário globalizado dos mercados determina que as empresas não sejam meramente organizações econômicas, mas, que também sejam sociais. Assim, a compreensão complexa e correta sobre responsabilidade social se torna imprescindível no universo empresarial nos dias atuais (LIMA, 2008. p. 159-181).

Dentro do setor empresarial o Serviço Social sempre foi chamado para trabalhar com ações de eliminação dos focos de tensões sociais, sendo mediador nas relações entre os chefes e subordinados, criando um comportamento produtivo da força de trabalho, contribuindo para

redução do absenteísmo, viabilizando benefícios sociais e atuando em relações humanas na esfera do trabalho (IAMAMOTO, 2004, P. 47).

Pelo seu trabalho integrativo, o assistente social também é requisitado dentro das empresas para atuar na área de Recursos Humanos satisfazendo 'necessidades humanas', contribuindo para a formação da sociabilidade do trabalhador colaborando na formação de um comportamento produtivo compatível com as atuais exigências das empresas. Essas exigências nos mostram que o Serviço Social é considerado pelas empresas como instrumento promotor da adesão do trabalhador às suas necessidades. Para tanto, refazem suas demandas profissionais sob o 'manto' da inovação e da modernidade (CESAR, 1998, p.126).

Essas equipes têm sido chamadas a atuar em programas de qualidade devida, prevenção de doenças, na promoção de motivação para o trabalho, em programas como saúde do trabalhador, círculos de qualidade, gerenciamento participativo, clima social no trabalho, entre outros. (IAMAMOTO, 2004, p. 84.)

O Serviço Social junto com outras categorias profissionais se responsabiliza por questões que envolvem as condições de trabalho, com a finalidade que as mesmas não interfiram negativamente no empenho do empregado e, conseqüentemente, na produtividade e lucro da organização.

O contato estreito que o Serviço Social mantém com o universo diferenciado de trabalhadores, propicia a esse profissional construir através dessas representações sociais uma visão mais ampla de todo o processo produtivo. (MOTA, 2008. p. 155 - 164)

Nesse sentido o assistente social adere os objetivos da empresa e propõe melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Sua ação é voltada para o homem, apesar de exercida dentro das finalidades lucrativas da empresa (MOTA, 2012, p. 66-91). É assim que o Serviço Social vem ganhando espaço, trabalhando o usuário no meio em que ele vive e trabalha, com formação e habilidades para influenciar mudanças políticas e desenvolvimento local,

promovendo pesquisas, planos e projetos, trabalhando com as pessoas respeitando seus contextos e história de vida (SOCIAL, 2005).

Considerando as exposições mencionadas, a atuação do assistente social nas empresas requer o desenvolvimento conhecimentos, habilidades e atitudes que permeiam desde o domínio das políticas da empresa, bem como conhecer a rotina de todos os empregados para que possa responder as perguntas que surgirem de forma coerente; ter competência para que as atividades executadas por esses profissionais sejam feitas da melhor forma possível, com exatidão e agilidade; manter uma atmosfera positiva de forma que os usuários, ao procurarem o setor de Serviço Social, sintam-se num ambiente agradável, onde a comunicação é feita de forma horizontal, fluente e clara; trabalhar com cooperação para que sua equipe de trabalho obtenha êxito, através da responsabilidade para com as metas da empresa, buscando sempre melhorar a produtividade e a qualidade (CÉSAR, 1998, p. 115 - 148).

Essas características são de suma importância para exercer a profissão no âmbito empresarial de forma ética, com profissionalismo e eficácia, tendo sucesso na implementação de seus projetos e plano de ação.

Entende-se que é importante destacar a importância da inserção dos assistentes sociais no campo empresarial e a direção em que suas ações estão voltadas na contemporaneidade. Historicamente, esse espaço sócio ocupacional não foi um campo prioritário de inserção do assistente social, nem mesmo de produção de teoria e de discussão na área. Visto a crescente procura desse profissional nesse âmbito de atuação, deve-se, entendê-lo mais.

Pode-se dizer que só é possível manter uma empresa com seis, sete mil trabalhadores se as pessoas que nela atuam tiverem vontade de estar lá e perceberem que podem aprender com aquela organização.

As ações em programas de qualidade de vida, buscam assegurar a necessidade sociais, fisiológicas, de segurança e auto realização do funcionário, responsável por mantê-lo na empresa e tornar o ambiente organizacional melhor e mais produtivo.

Há também o envolvimento empresarial com o terceiro setor, e estes investimentos vão muito além de ações filantrópicas e pontuais, tendo um objetivo maior; a melhoria na qualidade de vida da sociedade em geral.

Pensando neste fato, há o chamamento do profissional de serviço social para atuar nestas questões, de forma sistemática, com ações que lutem pelo social, melhorando as condições dentro do ambiente de trabalho e da comunidade que vive em torno destas organizações.

Porém há o surgimento de novas atribuições e papéis profissionais, o mundo empresarial vem diversificando as requisições feitas ao serviço social, passando-as também para outros profissionais, surgindo uma nova modalidade de trabalho para o Assistente Social o trabalho em equipes multiprofissionais.

No trabalho interno realizado sendo o assistente social, mediador nas relações de conflito entre o empregador e o empregado, melhorando as relações de trabalho e o ambiente organizacional e o trabalho externo com ações voltadas para a sociedade, às organizações privadas tem maior valor e visão perante seus consumidores, fornecedores, parceiros e colaboradores.

Considerado essas questões pode-se dizer que o serviço social é chamado pelas empresas para atuar em projetos internos e externos e devido sua formação generalista, pode trabalhar com a questão social, que está cada vez mais evidente em nossa sociedade, portando todo aprimoramento de conhecimento, habilidade e atitude se fazem necessários.

2.4 Embasamentos do Serviço Social Empresarial

A norma ISO 26000 (ISO - Organização Internacional para Padronização) criado em 2010, visa responsabilidade social empresarial e regulamenta as organizações que incorporam considerações socioambientais em seus processos decisórios e se responsabilizam pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. Implica também que a responsabilidade social esteja integrada em toda a

organização, seja praticada em suas relações e leve em conta os interesses das partes interessadas (NORMA, 2013).

O Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social que surgiu em 2006, com a iniciativa do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia,

Normalização e Qualidade industrial) que publicou os critérios de avaliação para as organizações que gostariam de implementar um sistema de gestão em Responsabilidade Social. Esta foi uma iniciativa inédita no mundo, uma vez que o INMETRO foi o primeiro órgão governamental a assumir a coordenação de um programa de avaliação baseado em uma norma de gestão da Responsabilidade Social, o documento foi intitulado Regulamento de Avaliação da Conformidade (RAC) (PROGRAMA, 2013).

A SA 8000 (Social AccountAbility 8000) criada para empresas socialmente responsáveis que certifica locais em todo o mundo que tenham condições de trabalho decentes em todos os setores industriais, os requisitos da norma envolvem os aspectos: trabalho infantil, trabalho forçado, segurança e saúde no trabalho, liberdade de associação e direitos coletivos, discriminação (sexual, raça, política, nacionalidade, etc), práticas disciplinares, remuneração, e carga horária de trabalho (SOCIAL, 2008).

A norma SA 8000 vem atender a uma necessidade de consumidores mais esclarecidos que se preocupam com a forma como os produtos são produzidos e não apenas com a sua qualidade. A vantagem de existir esta norma de padrão internacional é que há uma padronização dos termos, uma consistência nos processos de auditorias, um mecanismo para melhoria contínua através da participação dos órgãos e entidades, além de um envolvimento de todas as partes interessadas (OLIVEIRA, 2003).

Fabricar produtos ou prestar serviços que não degradem o meio ambiente, promover a inclusão social e participar do desenvolvimento da comunidade de que fazem parte, entre outras iniciativas, são diferenciais cada vez mais importantes para as empresas na conquista de novos consumidores ou clientes (INCENTIVANDO, 2003).

O embasamento jurídico essencial para exercer o Serviço Social nas empresas atualmente é a Lei 5.452 de 1943 promulgada pelo então presidente da República Getúlio Vargas. É a principal norma legislativa brasileira referente ao Direito do trabalho e ao Direito processual do trabalho. A Lei fala sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e em seu texto regulamenta as normas das relações individuais e coletivas de trabalho (BRASIL, 1943).

Em conjunto com a C.L.T. a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991 que dispõe da Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. A previdência social ampara os trabalhadores em casos de doença, maternidade e desemprego (BRASIL, 1991).

Com essas ferramentas que o assistente social trabalha fundamentalmente entre o conflito capital e trabalho onde a classe trabalhadora cada vez mais enfrenta situação de exclusão social e de vulnerabilidade social, sendo objeto de trabalho e estudo do assistente social, destinatária das ações do Serviço Social (GUIMARÃES; ROCHA, 2008, p. 38).

Entende-se que a ISO 26000 fornece orientações para as organizações sobre conceitos referentes à responsabilidade social; práticas relativas e questões referentes ao tema; integração, implementação e promoção de comportamento socialmente responsável, entre várias outras informações relacionadas ao tema.

As normas como a ISO 26000 e a SA 8000 são regras que foram desenvolvidas com o intuito de fornecer subsídios para que empresas e pessoas desenvolvam suas ações baseadas em práticas de produção responsáveis, de utilização de recursos, descarte de materiais e de não utilização de mão de obra escrava, dentre outras premissas.

Com essas normas, as ações internas relacionadas a condições de trabalho e ações sustentáveis no processo de produção as organizações além de estarem seguindo apropriadamente essas normas, recebe uma “intitulação” de empresa socialmente responsável, parceira de causas ambientais e sociais etc. O que é um estímulo, para a continuidade desses trabalhos.

A consolidação das leis trabalhistas (C.L.T.) apesar de ser da década de 40, permanece como um marco na regulamentação das relações de trabalho, e, mesmo depois de tanto tempo, ainda permanece atual. Este ano C.L.T. completa 70 anos, e se comporta como um jovem cheio de vigor e um instrumento precioso na busca do respeito e direito ao trabalhador.

A legislação trabalhista tem como objetivo garantir os direitos dos trabalhadores para que não haja abusos por parte do Empregador; por exemplo: registro de emprego, carga horária, hora extra com adicional, 13º salário, férias, Aposentadoria e uso obrigatório de equipamentos de segurança. Com isso fornecem proteção para os trabalhadores que não teriam muitos direitos de outras formas, pois, uma sociedade justa constrói-se com base em sua legislação, pois é esta proteção social que dá amparo aos mais fracos.

Dentro desse contexto o assistente social é responsável pela garantia da liberdade, igualdade e direitos sociais, conscientizando o público pelo qual é responsável a conhecer os seus direitos e a lutar por eles, transformando a sociedade em mais justa e igualitária.

3 METODOLOGIA DO ESTUDO

Este trabalho foi desenvolvido no período de fevereiro a outubro de 2013 e para coleta dos dados levou-se em conta os seguintes aspectos objetivo, problemática, sua hipótese, tipo de estudo (como ele foi realizado) e as técnicas utilizadas para coleta de dados.

3.1. Objeto de Estudo

O ponto de vista do empresário e/ou gestores, sobre o trabalho do profissional de Serviço Social em suas empresas.

3.2 Problema

Qual é a visão e o entendimento do empresário Bauruense e/ou seus gestores sobre o trabalho realizado pelo profissional de Serviço Social em suas empresas?

3.3 Hipótese

Sugere-se como hipótese que a visão do empresário e/ ou gestores sobre o trabalho realizado pelo Serviço Social, seja de extrema importância para a gestão da empresa.

3.4 Objetivos

Geral

Evidenciar a visão do empresariado sobre o trabalho desenvolvido pelo assistente social em suas empresas.

Específicos

- Levantar o perfil das empresas que contam em seu quadro de funcionários com o profissional de Serviço Social.
- Identificar o papel do Assistente Social nas empresas Bauruenses.
- Revelar os benefícios do trabalho do Serviço Social dentro das empresas, na realidade atual.

3.5 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo, cujo método é o dialético, uma vez que pretende revelar uma dada realidade.

A pesquisa se desenvolveu em uma abordagem qualiquantitativa, promovendo a reflexão, pois teve como objetivo primordial refletir e explorar a visão do empresariado sobre o trabalho do Serviço Social e buscou através da pesquisa bibliográfica questões sobre: o histórico do Serviço Social empresarial, o Serviço Social na contemporaneidade e a realidade atual da prática profissional do Assistente Social nas organizações privadas.

A abordagem qualitativa tem uma direção reflexiva, com interesse em apontar e discutir os aspectos sobre a visão do empresariado em relação os trabalhos desenvolvidos pelo assistente social em suas empresas. Na descrição qualitativa buscamos os significados das ações e relações humanas. (MINAYO, 2000)

A abordagem quantitativa diz respeito à mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando-se correlacionar com outras variáveis, e analisar a frequência de incidência (CHIZZOTTI, 2008).

Ambas análises se complementam, pois, a realidade abrangida por elas interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

3.6 Técnicas de Coletas de Dados

Na pesquisa bibliográfica aprofundou-se o estudo que deu sustentação à pesquisa, abordando os temas já citados; utilizando-se das bibliotecas do Centro Universitário de Bauru – ITE, e dos bancos de dados online Scientific Electronic Library Online (ScieLo) através do site < www.scielo.org >; Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do site < www.capes.gov.br > e Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico (CNPq) através do site < www.cnpq.br > e de outras referências bibliográficas de diferentes autores que abordam a temática.

Na pesquisa de campo, primeiramente entrou-se em contato telefônico com as assistentes sociais que atuam nas organizações privadas no município de Bauru, após esse primeiro contato enviou-se o questionário em conjunto com o termo de apresentação, esclarecimento e compromisso (ANEXO 1), mostrando a importância desta pesquisa, e seu objetivo, explicando que o mesmo deveria ser respondido pelos seus respectivos gestores. O questionário foi direcionado ao empresário ou gestor imediato do assistente social e conteve perguntas sobre o perfil do empresário, sua visão em relação ao Serviço Social em sua empresa, que tipo de atividade o assistente social exerce na organização e quais melhorias o serviço social poderia trazer para empresa; e foram aplicadas junto aos empresários e/ou gestores bauruenses que tenham o Serviço Social implantado em sua organização. O questionário apresentou perguntas abertas e fechadas; desta forma colhemos dados subjetivos e objetivos da realidade, abrangendo os seguintes eixos: o papel do serviço social na empresa; a importância do trabalho Serviço Social; o ramo de empresa em que atua; entre outros.

A construção do formulário para análise dos sujeitos foi pautada em três itens fundamentais: o que conhecer; por que (quais os objetivos); para que (com quais finalidades); como (quais instrumentais e técnicas serão utilizadas para ação). (ANEXO 2)

3.7 Universo

O universo desta pesquisa são oito empresários e/ou gestores, que tem suas empresas privadas instaladas na cidade de Bauru e que possuem em suas organizações o assistente social em seu quadro de colaboradores.

3.8 Amostragem

O estudo teve como amostragem cinco empresas privadas do município de Bauru-SP que possuem assistentes sociais, o que representa 62,5% do universo.

4 RESULTADO

Este estudo pretende revelar a visão do empresariado bauruense a respeito do trabalho realizado pelo assistente social em sua empresa.

4.1 Perfil dos empresários que contam com o assistente social, no seu quadro de funcionários

As Tabelas 1, 2 e 3 mostram que 80% dos empresários entrevistados são do sexo masculino, com 40% apresentando idade superior a 50 anos e todos os entrevistados possuem formação superior com pós-graduação, sendo 40% especializados em administração.

TABELA 1 – Gênero dos empresários entrevistados

GÊNERO	Nº	%
Masculino	4	80%
Feminino	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Própria Autora

TABELA 2- Faixa etária dos empresários entrevistados

IDADE	Nº	%
20 a 30 anos	1	20%
30 a 40 anos	1	20%
40 a 50 anos	1	20%
acima de 50 anos	2	40%
Total	5	100%

Fonte: Própria Autora

TABELA 3 – Formação dos empresários entrevistados

FORMAÇÃO	Nº	%
Medicina	1	20%
Administração	2	40%
Psicologia	1	20%
Não informou	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Própria Autora

4.2 Perfil das empresas que contam com o assistente social, no seu quadro de funcionários

A Tabela 4, 5 e 6 mostram que 80% das empresas está no ramo de atuação de prestação de serviços, 80% possui mais de 80 funcionários diretos e 40% possui mais de 100 funcionários indiretos (terceirizados), 60% das empresas entrevistadas possuem ao menos uma filial.

TABELA 4 – Ramo de atuação das empresas entrevistadas

RAMO DE ATUAÇÃO	Nº	%
Indústria	1	20%
Prestação de Serviços	4	80%
Total	5	100%

Fonte: Própria Autora

TABELA 5 – Número de Funcionários diretos e indiretos (terceirizados) que as empresas possuem.

Nº DE FUNCIONÁRIOS DIRETOS	Nº	%
50 a 79	1	20%
mais de 80	4	80%
Total	5	100%

Nº DE FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS	Nº	%
10 a 49	1	20%
50 a 99	0	0%
mais de 100	2	40%
não soube informar	2	40%
Total	5	100%

Fonte: Própria Autora

TABELA 6 – Número de empresas entrevistadas que possuem filiais, e filiais das mesmas.

Nº DE EMPRESAS QUE POSSUEM FILIAIS	Nº	%
Sim	3	60%
Não	2	40%
Total	5	100%

Nº DE FILIAIS QUE AS EMPRESAS POSSUEM	Nº	%
0 A 10	1	33%

11 A 19	1	33%
20 A 30	1	33%
Total	3	100%

Fonte: Própria Autora

4.3 A visão do empresariado sobre o Serviço Social

As Tabelas 7, 8, 9, 10 e 11 e 12 mostram que 80% dos empresários conhecem o processo de seleção usado para contratação do profissional de serviço social, sendo que 75% utilizaram prova, análise de currículo e entrevista e 80% das empresas possuem uma ou duas assistentes sociais em seu quadro de funcionários, 60% dos empresários consideram a atuação do assistente social dentro da empresa muito boa, 60% dos assistentes sociais está vinculado a área de recursos humanos da empresa, dentre as atividades realizadas pela assistente social na empresa 22% viabilizam benefícios sociais e outros 22% realizam ações junto à comunidade. As figuras 1, 2 e 3 ilustram a opinião do empresário sobre o trabalho realizado pela assistente social, as áreas em que o assistente social está vinculado dentro da organização e as atividades que o mesmo realiza na empresa.

TABELA 7- Seleção usada pelas empresas entrevistadas na contratação do assistente social

SELEÇÃO USADA NA CONTRATAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL	Nº	%
Conhece	4	80%
Desconhece	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Própria Autora

TABELA 8 - Tipo de seleção utilizada pelas empresas entrevistadas

TIPO DE SELEÇÃO	Nº	%
Prova, Análise de Currículo e Entrevista	3	75%
Entrevista	1	35%
Total	4	100%

Fonte: Própria Autora

TABELA 9 – Número de assistente sociais que as empresas entrevistadas possuem

NÚMERO DE ASSISTENTE SOCIAIS QUE A EMPRESA POSSUÍ	Nº	%
0 a 2	4	80%
3 a 4	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Própria Autora

TABELA 10 – Opinião dos empresários entrevistados em relação aos trabalhos realizados pela assistente social

OPINIÃO SOBRE O TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL	Nº	%
Ótima	1	20%
Muito Boa	3	60%
Boa	1	20%
Total	5	100%

Fonte: Própria Autora

Ao serem questionados por quais motivos consideram o trabalho do serviço social dentro da empresa como bom, os empresários responderam:

“Elas entendem o objetivo da empresa, possuem pós-graduação e são compromissadas e responsáveis em relação ao trabalho”.
 (Sujeito 3)

“Difícil ressaltar os benefícios para a empresa, porém para os funcionários os benefícios com certeza são muitos”. (Sujeito 4)

TABELA 11 – Áreas em que o assistente social está vinculado nas empresas entrevistadas

AREAS EM QUE O ASSISTENTE SOCIAL ESTÁ VINCULADO	Nº	%
Recursos Humanos	3	60%
Responsabilidade Social	2	40%
Comunicação	5	100%

Fonte: Própria Autora

TABELA 12 – Atividade que os assistentes sociais realizam nas empresas entrevistadas

ATIVIDADE O ASSISTENTE SOCIAL REALIZA NA EMPRESA	Nº	%
Atendimento a funcionários	3	17%
Viabilização de benefícios sociais	4	22,0%
Programa de qualidade de vida no trabalho	2	11%
Setor de Recrutamento seleção treinamento	1	5,50%
Ações com a Comunidade	4	22%
Voluntariado	3	17%
Trabalhos Educativos	1	5,50%
Total	18	100%

Fonte: Própria Autora

Como os empresários entrevistados consideram o serviço social importante para a empresa e entendem que outras empresas devem contratar esse profissional, foi questionado os motivos dessa importância e obtivemos as seguintes respostas:

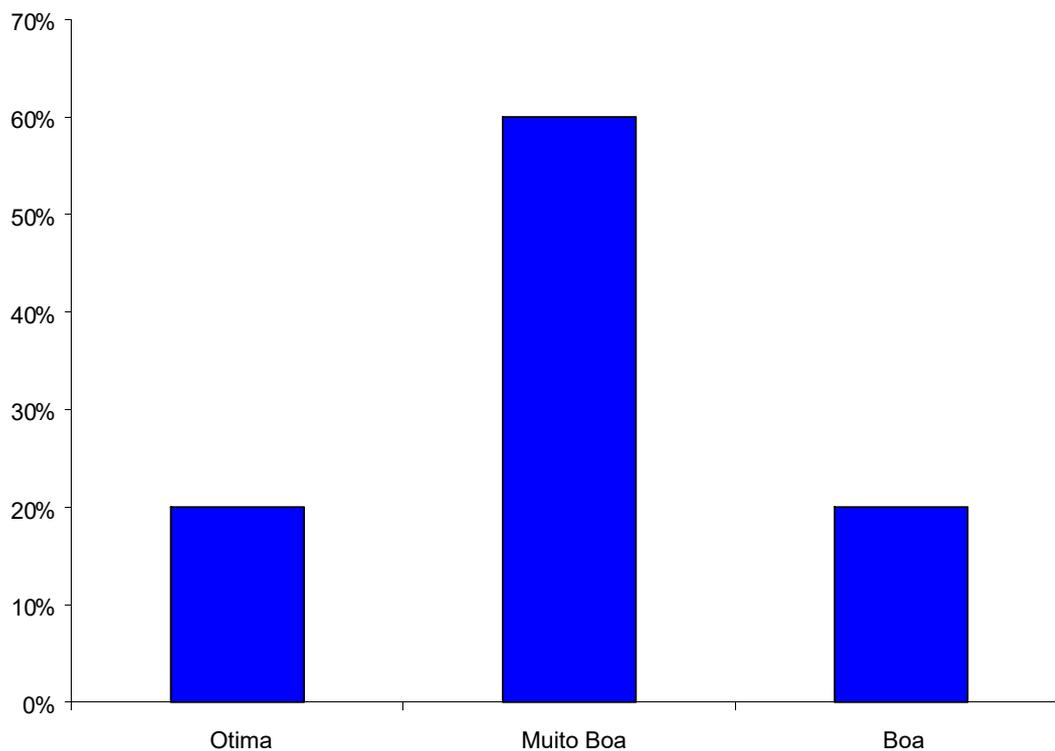
“O assistente social tem uma visão estratégica e de planejamentos, e possui uma formação e visão profissional diferente dos demais”. (Sujeito 1)

“Na área médica há muitos problemas sociais, e o assistente social sabe lidar melhor com essas questões” (Sujeito 2)

“O assistente social tem uma formação específica para lidar com a comunidade, formação que outros profissionais não possuem, agregando com essas ações uma melhor imagem para empresa”. (Sujeito 3)

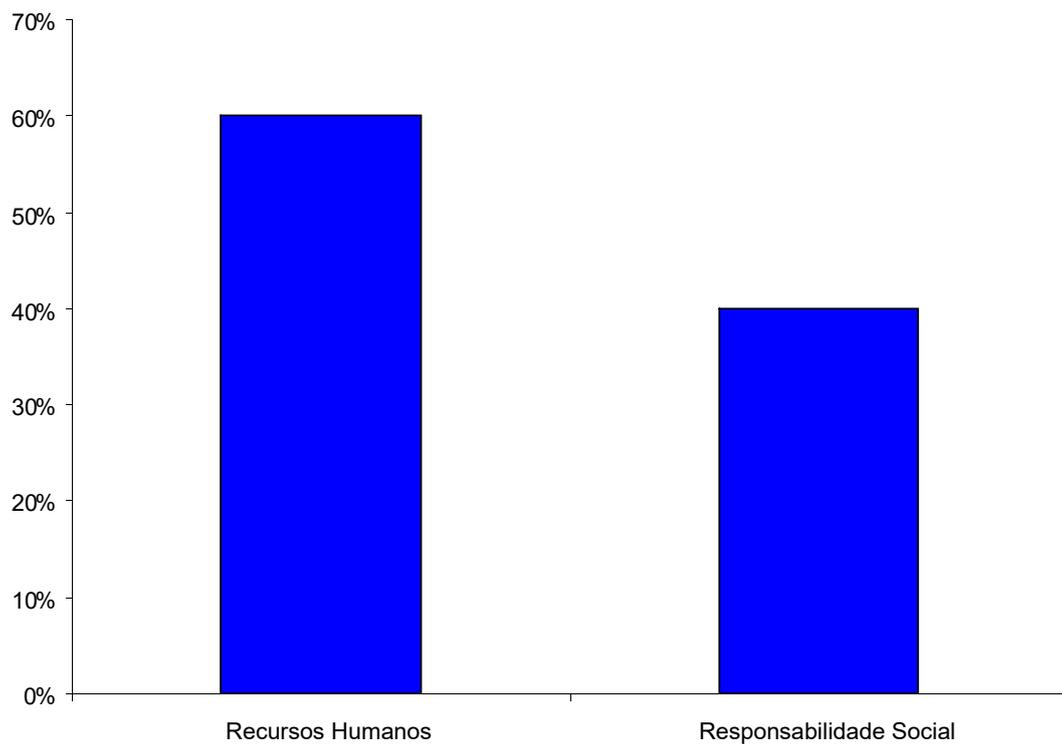
“O assistente social é essencial na empresa pois viabiliza todo apoio social e atenção que o funcionário precisa sabendo trabalhar com a demanda social que temos, melhorando a qualidade no trabalho” (Sujeito 4)

“É notória a repercussão que o trabalho da assistente social traz nas relações de trabalho, já que a expansão do capital apresenta novas necessidade sociais junto aos empregados e suas famílias, buscando o equilíbrio interno e externo, para melhor satisfação do trabalhador. ” (Sujeito 5)



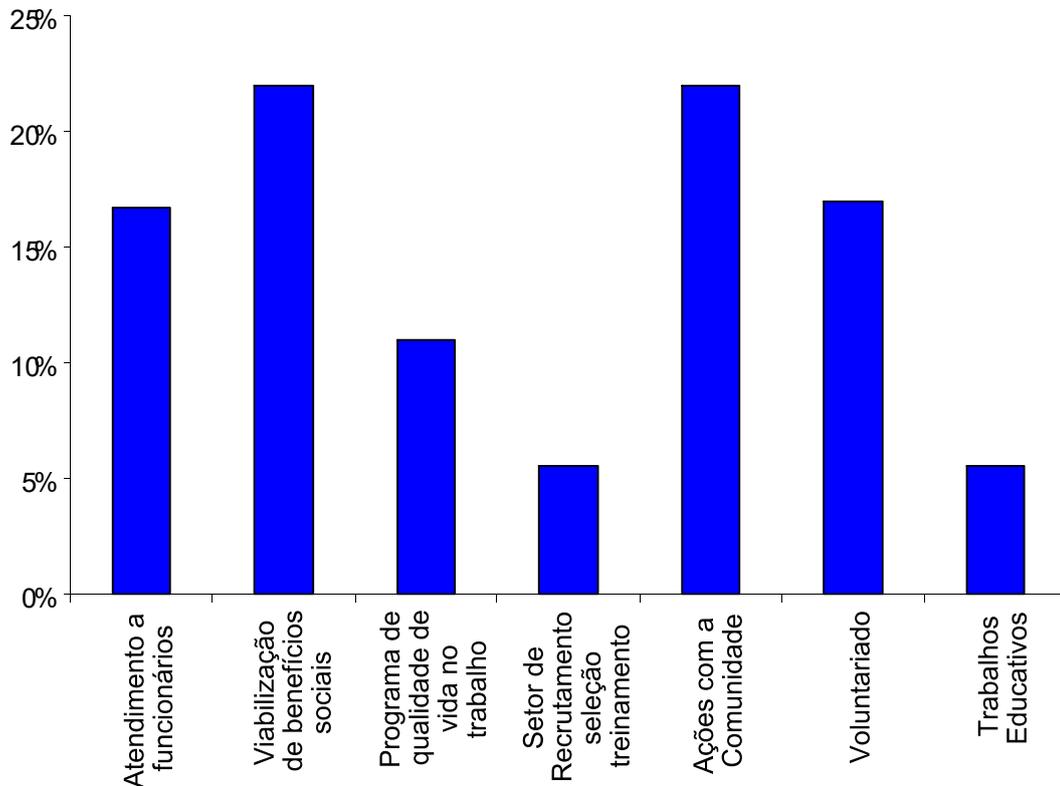
Opinião sobre o trabalho do assistente social

Figura 1 – Porcentual sobre as opiniões dos empresários em relação ao trabalho realizado pelo assistente social (Fonte: Própria Autora)



Áreas de vinculação do assistente social

Figura 2 – Porcentual referente as áreas em que o assistente social está vinculado dentro das empresas (Fonte: Própria Autora)



Atividades que o assistente social realiza na empresa

Figura 3 – Porcentual relacionado as atividades que o assistente social realiza na empresa, considerando que alguns profissionais realizam mais de uma atividade. (Fonte: Própria Autora)

5 DISCUSSÃO

Atualmente o mercado busca não só investir no ramo empresarial, mas também em assuntos que digam respeito aos problemas ambientais e desenvolvimento sustentável, enfatizado em patrocínios de eventos esportivos ou causas sociais. Essa visão estratégica voltada para sociedade vem ganhando maior destaque e são tendências cada vez mais

utilizadas, pois além de estarem associadas a ações positivas acabam influenciando o consumidor na hora da escolha de qual produto ou serviço adquirir.

O setor privado tem se conscientizado em relação ao seu papel na sociedade, com isso busca profissionais especializados no âmbito social para que possam implantar e gerenciar projetos, procurando inserir as organizações em práticas socialmente responsáveis tanto com seu público interno (seus funcionários), como também com o público externo (sociedade em geral). As empresas trazem para seu quadro de colaboradores o assistente social, que abre um novo campo de atuação profissional.

Na coleta de dados realizada nessa pesquisa, sessenta por cento dos empresários entrevistados consideram a atuação do assistente social em suas empresas muito boa, confirmando a importância desse profissional e relatando que essas profissionais entendem o objetivo da empresa, possuem especialização, são comprometidos em relação ao trabalho e que os benefícios de seu trabalho para os funcionários da empresa são muitos.

Os empresários entrevistados consideram que o assistente social é importante para a empresa e entendem que outros devem contratar esse profissional e o papel dessa importância é confirmado pela literatura e também pelo levantamento de dados realizado, ressaltando que o assistente social tem uma visão estratégica e de planejamentos, possui uma formação e visão profissional diferente dos demais, o que é essencial na empresa, pois viabiliza todo apoio social e atenção que o funcionário precisa, sabendo trabalhar com a demanda social existente na empresa, melhorando a qualidade de vida no trabalho.

A importância da inserção dos assistentes sociais no campo empresarial e a direção das ações levam a crescente procura desse profissional visto que sua atuação está voltada para o setor social da empresa, sendo esse um âmbito de atuação que a categoria profissional deve buscar se aprofundar.

Na contemporaneidade as empresas vêm atuando não só como geradoras de lucros, mas também cumprindo seu papel perante a sociedade, na defesa da justiça social, combatendo as desigualdades.

As ações em programas de qualidade de vida dentro das empresas, buscam assegurar a necessidade sociais, de saúde, segurança e auto realização do funcionário, responsável por mantê-lo na empresa e tornar o ambiente organizacional melhor e mais produtivo.

Acredita-se que o crescimento da empresa pode ocorrer simultaneamente com o cuidado ao meio ambiente, sociedade e seus trabalhadores, observando aspectos coletivos e individuais que devem estar presentes na qualidade de vida no trabalho, buscando diminuir as desigualdades sociais.

Nesta perspectiva, o perfil das empresas bauruenses que contam com o serviço social em seu quadro de funcionários, em sua maioria são prestadoras de serviços e possuem mais de oitenta funcionários, sendo consideradas empresas de comércio e prestação de serviços com mais de oitenta funcionários como sendo de grande porte (POLITICAS, 1998).

Portanto, pode-se dizer que só é possível manter uma empresa que possui muitos trabalhadores se as pessoas que nela atuam, tiverem vontade de estar lá e perceberem que podem aprender com aquela organização.

Nessa perspectiva, o serviço social é chamado pelas empresas para atuar em projetos internos e externos, devido sua formação generalista, trabalhando com a questão social, que está cada vez mais evidente em nossa sociedade.

No trabalho interno realizado pela assistente social, o profissional se torna mediador nas relações de conflito entre o empregador e o empregado, melhorando as relações de trabalho e o ambiente organizacional, e no trabalho externo com ações voltadas para a sociedade, às organizações privadas tem maior valor e visão perante seus consumidores, fornecedores, parceiros e colaboradores.

Os resultados da pesquisa de campo mostraram que em sessenta por cento das empresas entrevistadas o assistente social está ligado à área de recursos humanos e que vinte e dois por cento realizam atividades de viabilização de benefícios sociais e outros vinte e dois por cento realizam ações junto à comunidade, confirmando literatura abordada nesse estudo, onde mostra que o assistente social nas organizações trabalham nas questões de qualidade de vida de trabalho dos funcionários e com ações na comunidade, sendo abordadas questões como preservação do meio ambiente, impactos socioeconômico, político e cultural na sociedade, segurança e qualidade dos produtos

O serviço social é uma profissão que efetiva direitos aos seus usuários, tais como saúde, educação e assistência social. Portando uma formação humanista, onde se adquire respeito pelas pessoas suas diferenças e potenciais, sendo essa uma profissão que luta contra problemas e injustiças da sociedade, defendendo a ampliação dos direitos humanos e a justiça social. Atuando no âmbito empresarial como mediador de conflitos entre o empregador, os empregados e a sociedade, tornando o ambiente organizacional mais sustentável e harmonioso.

Os empresários pesquisados reconhecem a importância do serviço social, portanto, resta aos assistentes sociais estudar e explorar mais o campo empresarial, dando oportunidade para que outras empresas possam contar com assistente social em sua realidade.

CONCLUSÃO

Nas condições em que foi realizado esse trabalho, pode-se concluir que:

- a) O empresariado vê o trabalho desenvolvido pela assistente social como tendo um papel de extrema importância na organização, e considera sua atuação considerada muito boa.
- b) Oitenta por cento das empresas que contam o serviço social são prestadoras de serviço de grande porte e vêm cumprindo seu papel perante a sociedade.
- c) O papel do assistente social dentro das organizações bauruenses é de mediador de conflitos entre o empregador e o empregado e realiza ações voltadas para a sociedade, estando esse profissional vinculado a área de recursos humanos e de responsabilidade social.
- d) O trabalho do serviço social dentro da empresa busca a melhoria das relações de trabalho, do ambiente organizacional e na qualidade de vida da sociedade em geral.

REFERÊNCIA*

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.17, n. 31, p. 01-50, jan./jun.2013.
ANTONIO, Franciane Regina Charlois; DAMINELLO, Tamiris Ferraz de Aguirra; CHAVES, Eugênia Maria Sellmann; A família e a dependência de substâncias psicoativas: uma análise do contexto familiar.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

ALTENFELDER, A. H. **Formação Continuada: os sentidos atribuídos na voz do professor.** São Paulo: PUCSP (Dissertação de mestrado), 2004.

ANDRADE, D. B. M. **O processo de reestruturação produtiva e as novas demandas organizacionais do serviço social.** Brasília: UNB, 1999, p.173-186.

ATAURI, I. C. Serviço Social Organizacional: Novos desafios na apropriação das categorias Qualidade de Vida e Qualidade de Vida no Trabalho. Construindo o Serviço Social. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudo** – Divisão Serviço Social. n. 9, p.199-211. 2001.

BEGHIN, N. A. **Filantropia empresarial: nem caridade, nem direito.** São Paulo: Cortez, 2005.

BORGES, J. F.; MIRANDA, R. e VALADAO JUNIOR, V. M. O discurso das fundações corporativas: caminhos de uma "nova" filantropia?. **Revista Administração Empresarial** vol.47, n.4, pp. 1-15. 2007.

BUENO, E. L., et al. A responsabilidade social e o papel da comunicação. **Responsabilidade Social das Empresas: a contribuição das universidades.** São Paulo: Instituto Ethos, p. 273-302. 2002.

BRASIL. Lei 5.452, de 1º de maio de 1948. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.** Diário Oficial da União, Brasília, DF: Senado Federal, 1948.

BRASIL. Constituição, de 5 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.17, n. 31, p. 01-50, jan./jun.2013.
ANTONIO, Franciane Regina Charlois; DAMINELLO, Tamiris Ferraz de Aguirra; CHAVES, Eugênia Maria Sellmann; A família e a dependência de substâncias psicoativas: uma análise do contexto familiar.

BRASIL. Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Brasília, DF, 1991.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. **Lei da Regulamentação da Profissão de Assistente Social e dá outras providências.** Brasília, DF, 1993.

PEREIRA, M. I. F.; CARRAPATO, J. F. L. **Apostila de Pesquisa em Serviço Social I: a importância da Pesquisa e suas normas para o Serviço Social.** Bauru: Faculdade de Serviço Social de Bauru, 2007. (Não publicado. Apostila utilizada na Disciplina de Pesquisa em Serviço Social da Instituição Toledo de Ensino).

BOURGUIGNON, M. F. M.; BOTELHO, D. Vínculos de negócios entre grandes empresas compradoras e pequenos fornecedores locais: implicações para políticas públicas e desenvolvimento. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro: 2009, p.407 – 434, nov. / dez. 2009.

CANOAS, J. W. **Por uma nova presença do serviço social na empresa.** São Paulo: J.W. Canôas, 1982. 94p.

CARROLL, A. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. **Business & Society.** 1999, v. 38, n. 3, p. 268-295.

CEZAR, M. D. J. **Responsabilidade Social:** uma expressão da hegemonia. In: FRANCISCO, E. M. V.; ALMEIDA, C. C. L. de (Org.). Trabalho, território, cultura. São Paulo: Cortez, 2007.

CÉSAR, M. J. **Empresa-cidadã:** uma estratégia de hegemonia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005, 300p.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.17, n. 31, p. 01-50, jan./jun.2013.
ANTONIO, Franciane Regina Charlois; DAMINELLO, Tamiris Ferraz de Aguirra; CHAVES, Eugênia Maria Sellmann; A família e a dependência de substâncias psicoativas: uma análise do contexto familiar.

CESAR, M. J. **Serviço social e reestruturação industrial:** requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998. p. 115-148.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas.**, Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DEFINITION of Social Work. International Federation of Social Workers, 2013. Disponível em: <<http://www.ifsw.org/p38000377.html>> Acesso: 23 mar. 2013.

DEMO, P. **Combate à pobreza:** desenvolvimento como oportunidade. Campinas, Autores Associados. 1996.

DRUCKER, P. F. **O melhor de Peter Drucker sobre administração:** Fator humano e desempenho. Trad. Carlos A. Malferrari. 1 ed. de 1981. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

FALEIROS, V. P. Desafios do serviço social na era da globalização. **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XX, n. 61. 1999

FÉLIX, L. F. F. O ciclo virtuoso do desenvolvimento responsável. **Responsabilidade social das empresas:** a contribuição das universidades. Instituto Ethos. São Paulo: vol. 2, p. 13-42. 2003.

FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 101, p. 40-64. 2010.

FREITAS, T. F. Serviço Social e Medidas Socioeducativas: trabalho na perspectiva da garantia de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: 2011, n. 105.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.17, n. 31, p. 01-50, jan./jun.2013.
ANTONIO, Franciane Regina Charlois; DAMINELLO, Tamiris Ferraz de Aguirra; CHAVES, Eugênia Maria Sellmann; A família e a dependência de substâncias psicoativas: uma análise do contexto familiar.

FREZZA, M.; GRISCI, C. L. I.; KESSLER, C. K. Tempo e espaço na contemporaneidade: uma análise a partir de uma revista popular de negócios. **Revista Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, vol.13, n.3, pp. 487-503. 2009.

GÓIS, J. B. et al. Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 78, p. 82-110. 2004.

GUIMARÃES, G. T. D.; ROCHA, M. A. M. **Transformações no mundo do trabalho: repercussões no mercado de trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS**. Porto Alegre: Textos e Contextos, jan. 2008. v. 17, p. 23-41.

HABERMAS, J. **The postnational constellation**. Cambridge: Mit, 2001.

IAMAMOTO, M. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 326 p.

INCENTIVANDO a Gestão Empresarial Social Responsável. Instituto Ethos, 2013. Disponível em: < www.ethos.org.br >. Acesso: 31maio 2013.

KAMEYAMA, N. Ética empresarial. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: 2004, p. 148-66.

LIMA, M. J. O. Consideração sobre Responsabilidade Social Empresarial. **Revista Serviço Social & Realidade**. Franca: 2008, v. 17, n. 1, p. 159-181.

MARQUES, A. P. P. Reestruturação produtiva e recomposições do trabalho e emprego: um périplo pelas "novas" formas de desigualdade social. **Ciência e Saúde coletiva**. Rio de Janeiro: 2013, vol.18, n.6.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.17, n. 31, p. 01-50, jan./jun.2013.
ANTONIO, Franciane Regina Charlois; DAMINELLO, Tamiris Ferraz de Aguirra; CHAVES, Eugênia Maria Sellmann; A família e a dependência de substâncias psicoativas: uma análise do contexto familiar.

MARTINELLI, M. L. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011, n.107, p. 497-508.

MARTINS, H.; GARCIA, J. L. “Introdução”, Análise Social. **Revista de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**. Lisboa: 2006, vol. XLI, pp. 941-956.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: O caso brasileiro**. Da filantropia tradicional à filantropia do alto rendimento e ao empreendedorismo social. 1.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MATHIS, A. A.; MATHIS, A. **Responsabilidade Social Corporativa e Direitos Humanos: discursos e realidades**. Florianópolis: 2012, v. 15, n. 1, p. 131-140.

MENEZES, F.C.O. Serviço Social e a "responsabilidade social das empresas": o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. **Revista Serviço social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010, n.103, p. 503-531.

NORMA Internacional ISO 26000. Organização Internacional para Padronização, 2013. Disponível em: <<http://www.iso26000qsp.org/>>. Acesso: 14 de maio 2013.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. Administração: responsabilidade social. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 2000, p 32-51.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.17, n. 31, p. 01-50, jan./jun.2013.
ANTONIO, Franciane Regina Charlois; DAMINELLO, Tamiris Ferraz de Aguirra; CHAVES, Eugênia Maria Sellmann; A família e a dependência de substâncias psicoativas: uma análise do contexto familiar.

MOTA, A. E. **O feitiço da ajuda**: as determinações do serviço social na empresa. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001, 336p.

OLIVEIRA, M. A. L. **SA 8000 – O modelo ISO 9000 aplicado à responsabilidade social**. Brasil, 2003. Disponível em: http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=109 Acesso: 17 de jun. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Direitos Humanos e Serviço Social**. Lisboa: Dep. Editorial, 1999.

POLITICAS de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Mercosul. MERCOSUL, 1998. Disponível em: <http://www.mercosur.int/>. Acesso: 27 de set. 2013.

PROGRAMA Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, 2013. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp. Acesso: 30 de maio 2013.

REIS, C. N. A. responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado?. **Revista Economia e Contemporaneidade**. Brasil: 2007, vol.11, n.2, p. 279-305.

SANTOS, B. S. **Os processos da globalização**. Globalização: fatalidade ou utopia? Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2005.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.17, n. 31, p. 01-50, jan./jun.2013.
ANTONIO, Franciane Regina Charlois; DAMINELLO, Tamiris Ferraz de Aguirra; CHAVES, Eugênia Maria Sellmann; A família e a dependência de substâncias psicoativas: uma análise do contexto familiar.

SEIXAS, S. S. A. **As expressões do projeto ético político profissional do Serviço Social e as particularidades do trabalho em empresa privada.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SERINOLI, A.; ET AL. **Da responsabilidade Social no Âmbito Empresarial.** Bauru, 2004.
Bauru: Centro de Pós Graduação - ITE, 2004.

SOBRE a profissão de Serviço Social: CRESS, 2011. Disponível em: <<http://www.cress-sc.org.br/servicosocial/profissao.php>> Acesso: 29 fev. 2012.

SOCIAL work practice in health care settings. Nacional Association of Social Workers, 2005.
Disponível em: <<http://www.socialworkers.org/practice/standards/NASWHealthCareStandards.pdf>> Acesso: 22 mar. 2013.

SPOSATI, A. **Políticas sociais nos governos petistas.** Em: Magalhães, L. Barreto & V. Trevas (Orgs.), Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOCIAL Accountability Internacional. SA Standard: 2008. Disponível em: <<http://www.saintl.org/index.cfm?fuseaction=Page.ViewPage&PageID=937>> Acesso: 17 de jun. 2013.

TOLDO, M. Responsabilidade social empresarial. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades.** São Paulo: Instituto Ethos, 2002, p. 71 – 102.

YAMAMOTO, O. H. **Questão social e políticas públicas:** revendo o compromisso da Psicologia. Em A. M. B. Bock (Org.), Psicologia e compromisso social. São Paulo: Cortez, 2003.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.17, n. 31, p. 01-50, jan./jun.2013.
ANTONIO, Franciane Regina Charlois; DAMINELLO, Tamiris Ferraz de Aguirra; CHAVES, Eugênia Maria Sellmann; A
família e a dependência de substâncias psicoativas: uma análise do contexto familiar.

YAZBEK, M. C. Serviço Social, história e desafios. **Revista Katálysis**. Florianópolis: 2013,
vol.16, p. 13-14.